

extratexto

Para além dos puxões de cabelo



O pacato município de Araçari-guama, a 50 quilômetros da cidade de São Paulo, foi parar nas manchetes dos jornais no dia 16 de setembro. O motivo deixou espantados os 13 mil habitantes da cidade: duas garotas se engalinharam na porta de uma escola, enquanto a mãe de uma delas estimulava a filha a bater na colega.

Há pouco mais de dois meses, em Ribeirão Preto, também no interior de São Paulo, 13 meninas, com idade entre 11 e 15 anos, prestaram depoimento no Ministério Público Estadual por serem suspeitas de ameaçar e estapear colegas mais bem-vestidas e com notas melhores.

Têm sido cada vez mais frequentes episódios que envolvem estudantes do sexo feminino em atos de violência física, microviolências e violências simbólicas.

Quando se trata de violência escolar, um ponto fundamental para compreender sua dinâmica está justamente nas relações de gênero e seus significados. Se o ensino no Brasil esteve historicamente dominado por estudantes do sexo masculino, a proporção de mulheres no meio estudantil vem crescendo a partir do século 20 e, nos últimos anos, chegou a ultrapassar o número de homens. Não é de espantar, portanto, que elas, agora em maior número,

comecem a figurar nas estatísticas também como perpetradoras de atos de violência.

Os grupos constroem códigos de diferenciação nos seus processos de identidade, e sair do anonimato, ter visibilidade numa sociedade em que tudo é um espetáculo, traz visibilidade e empoderamento, o que inclui interações violentas, transgressões.

O recente estudo *Revelando traumas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*, lançado há poucos meses sob os auspícios da Secretaria de Educação do Distrito Federal e da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), traz dados interessantes. Mostra, por exemplo, que 49,5% do segmento estudantil expõe a percepção de que, apesar das brigas de meninas, os meninos seriam os mais violentos. Já os professores apresentam um ponto de vista que tende a recusar a existência de diferenciação de gênero - 51,2% afirmaram não haver diferença nesse caso.

Diante de semelhante diagnóstico, alguns talvez temam pelo futuro das escolas ou de seus filhos dentro delas. Está, no entanto, justamente nas escolas, grande parte da solução para o problema da violência entre estudantes. Afinal, as instituições de ensino têm papel crucial no estabele-

cimento de práticas não discriminatórias, permitindo que as habilidades sejam trabalhadas em todo o seu potencial, sem que modelos arcaicos de gênero restrinjam o leque de possibilidades de meninos e meninas, ao mesmo tempo que salientam as melhores características em cada um.

A escola pode, ainda, comprometer-se com a desconstrução de um imaginário social que associa diversas violências às noções de virilidade e masculinidade, evitando que essa simbologia viril imprima às agressões o caráter de afirmação de identidade tanto de garotos quanto de garotas. É preciso, enfim, oferecer aos jovens estudantes formas alternativas de reconhecimento social. Afinal, uma vez no mercado de trabalho, não poderão resolver conflitos na base de socos, pontapés ou puxões de cabelo.

"Socióloga, pesquisadora, assessora da Sangari Brasil no projeto *Ciência na Rua* e coordenadora de pesquisa na Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla)

"Doutor em Educação pela Universidade de Stanford, ex-representante da Unesco no Brasil e vice-presidente da Sangari Brasil

www.sangari.com